



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

EVELINE HORTA DE SOUZA

**POSSÍVEIS REVERBERAÇÕES DE VIVÊNCIAS PRIMITIVAS NOS
RELACIONAMENTOS CONJUGAIS**

Brasília
2016

EVELINE HORTA DE SOUZA

**POSSÍVEIS REVERBERAÇÕES DE VIVÊNCIAS PRIMITIVAS NOS
RELACIONAMENTOS CONJUGAIS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Teoria Psicanalítica

Orientador: Prof. Especialista Érika Reimann

Brasília
2016

EVELINE HORTA DE SOUZA

**POSSÍVEIS REVERBERAÇÕES DE VIVÊNCIAS PRIMITIVAS NOS
RELACIONAMENTOS CONJUGAIS**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em Teoria
Psicanalítica

Orientador: Prof. Especialista Érika
Reimann

Brasília, 20 de abril de 2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof. Dra. Daniela Yglesias Prieto

Esse trabalho é dedicado ao NAFAVD que tanto tem-me ensinado a ser mais generosa com os seres humanos.

AGRADECIMENTO(S)

Sinceros agradecimentos aos meus amados filhos (Eduardo e Clarice) e marido (Magela) pela compreensão pelas minhas ausências e respeito pelos meus momentos de isolamento.

Especial agradecimento à minha orientadora Prof. Érika Reimann que “me deu a mão” e se manteve firme ao meu lado ao longo dessa breve, porém intensa, jornada.

**“Eu tive fora uns dias
Eu te odiei uns dias
Eu quis te matar”**

Herbert Vianna

RESUMO

Esse trabalho procura contribuir para o combate à violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, a partir de escuta qualificada oferecida aos agressores encaminhados a atendimento psicossocial. Com isso, buscou-se apontar a importância de se trabalhar também com a parte ofensora como estratégia de combate e prevenção a esse tipo de violência fortemente disseminado na sociedade brasileira. Assim, procedeu-se a um resgate de teorizações kleinianas a respeito das ansiedades e mecanismos defensivos das primeiras vivências emocionais, agregando-se a elas ideias complementares de Freud, Bion e Winnicott. A partir desse olhar, estabeleceu-se relações entre os discursos iniciais comumente apresentados pelos agressores e as concepções teóricas aqui expostas, evidenciando possíveis sobreposições de vivências primitivas nas relações íntimas adultas, mais especialmente, os aspectos agressivos que comparecem nas relações objetais. Por fim, sugeriu-se dois vieses a serem trabalhados com esse público específico encaminhado a atendimentos psicossociais, no intuito de se fortalecer a cultura de paz tão socialmente almejada.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Agressor. Identificação projetiva. Ansiedade. Mecanismo de defesa.

ABSTRACT

This paper intends to contribute to the combat against familiar and domestic violence directed to women, offering a proper psychosocial service to the offenders. The importance of the men psychosocial hearing is to contribute to the elimination or minimization of domestic violence, frequently disseminated in Brazilian society. In this way, there was a recovering of Melanie Klein theory about infant experience, especially primitive anxiety and defense mechanisms, associated to some ideas of Freud, Bion and Winnicott. So far, these ideas were correlated to the first psychosocial sessions with men, intending to show the association between the very first happenings in childhood – more specifically, in the first months of living - and intimate relationship in adult life, specifically, aggressive behavior. In the end, two possible types of psychosocial hearing were proposed to achieve better results in the combat against women domestic and familiar violence, contributing with the construction of social peace culture.

Key words: Violence against women. Offender. Projective identification. Anxiety. Defense mechanism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 ATENDIMENTOS A AGRESSORES CONJUGAIS	13
2 VIDA PRIMITIVA EM KLEIN	18
3 CONTRIBUIÇÕES DE FREUD, BION E WINNICOTT	24
4 ALGUMAS VIVÊNCIAS PRIMITIVAS NAS RELAÇÕES CONJUGAIS ..	29
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar contra a mulher é compreendida como grave violação aos direitos humanos, pois tenta dificultar ou mesmo impedir seu acesso a direitos fundamentais como à vida, à integridade física e psicológica, à saúde, de ir e vir. Tal prática ocorre particularmente em âmbito privado e por pessoas de sua convivência íntima, e esse é um dos fatores que contribuem para a dificuldade em se reconhecer que atos e omissões dirigidos contra a mulher podem ser caracterizados como crime ou contravenção.

A luta feminista tem trazido à luz esse tema e apontado a grande contribuição com que a cultura, com seus aspectos eminentemente machistas e patriarcais, alimenta a perpetuação e naturalização de comportamentos agressivos contra as mulheres. Ademais, um dos pontos mais importantes que a visibilidade dessa temática abarca é a questão de gênero, que pode ser genericamente compreendida como o fato de a violência ser cometida contra a mulher pelo simples fato de ela ser mulher, e todas as justificativas que aí comparecem para mascarar essa realidade última.

Diversas políticas públicas e iniciativas privadas têm-se debruçado sobre os cuidados para com essas vítimas, auxiliando-as a se darem conta da violência sofrida, dos meios de proteção que podem ser acionados, tanto na esfera jurídica quanto na pessoal. Seu principal foco costuma ser o empoderamento, isto é, a conscientização e o estímulo à busca de direitos iguais, de fato. A principal – e mais notória – ferramenta existente no Brasil, é a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha que “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]”.

Essa lei coroa com êxito um longo caminho de lutas e reivindicações dos movimentos feministas no Brasil, especialmente a partir da década de 1970, que vêm expondo as violências a que as mulheres têm sido submetidas no ambiente doméstico e familiar. Com ela, as mulheres conquistam um instrumento de proteção estatal importante, podendo ser acolhidas em sua dor, decepção, vergonha e humilhação.

No entanto, as iniciativas de proteção à mulher, indubitavelmente válidas e absolutamente necessárias, situam, muitas vezes, de forma maniqueísta, os agressores no lado “mau” da relação, vislumbrando para eles, como única possibilidade de mudança, a punição. Com isso, o atendimento psicossocial a agressores no Brasil costuma ser visto com grande resistência por muitos segmentos da sociedade, pois ainda impera a ideia de que investir no atendimento aos homens implica na repartição de recursos que poderiam estar vinculados exclusivamente ao atendimento das vítimas de violência doméstica e familiar, estas, sim, merecedoras de um atendimento especial e específico. Entretanto, escutar e intervir nos conteúdos psíquicos que alimentam a violência dirigida à mulher, implicam em mais um mecanismo de proteção e combate a essa violação de direitos tão profundamente disseminada em nossa sociedade.

Isso vai ao encontro da própria Lei Maria da Penha que, em seus artigos 35 e 45, contempla a possibilidade de o agressor ser encaminhado a programas de recuperação e reeducação. Tal iniciativa legal demonstra a preocupação do Estado brasileiro com a parte ofensora, expressando o entendimento de que, trabalhar com os envolvidos na relação violenta, e não apenas com uma das partes, configura um caminho de combate e prevenção à violência.

Esse é um viés utilizado pelo Núcleo de Atendimento à Família e ao Autor de Violência Doméstica – NAFAVD – equipamento da Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal. Nesse espaço são oferecidos atendimentos psicossociais, em grupo ou individuais, para vítima e autor encaminhados pelo sistema judiciário.

Com o intuito de se ampliar essa temática e contribuir para o combate adequado a essas formas de violência, o presente trabalho visa aprofundar a compreensão de alguns aspectos psíquicos da outra parte envolvida no conflito, o agressor. Peça importante na constituição e manutenção de uma relação conjugal/familiar violenta, o autor (que em sua maioria é do sexo masculino), comumente refuta ou minimiza as agressões denunciadas. Em outras palavras, esse discurso reiteradamente apresentado sugere o acionamento de mecanismos de defesa e a não conscientização das ações ou omissões possivelmente cometidas e suas consequências para a saúde da mulher e de sua família.

Mais especificamente, esse estudo investiga quais ansiedades e mecanismos defensivos, à luz da teoria de Melanie Klein, podem estar sendo erigidos na psique dos agressores, uma vez que seu discurso inicial nos atendimentos psicossociais no NAFVD costuma guardar enorme similaridade entre si, revestido de uma ou outra particularidade. A partir disso, abrem-se possibilidades de tais discursos serem desconstruídos e apontadas as motivações conscientes/inconscientes que levam às ofensas contra a mulher, e, assim, estimular reais possibilidades de mudança comportamental.

Os objetivos do presente trabalho são: apontar as possíveis ansiedades, sua intensidade, e subsequentes mecanismos de defesa primitivos evidenciados nos atendimentos psicossociais a homens no NAFVD e; sugerir diretrizes nesse trabalho que visem à compreensão do mundo interno desses usuários para a viabilização de formas não violentas de resolução de conflitos.

Para tanto, expõe-se a teoria kleiniana da vida interna primitiva, mais especialmente, a identificação projetiva da posição esquizoparanoide. A ela, foram adicionadas contribuições de Freud, Bion e Winnicott, onde suas teorias convergem com Melanie Klein e acrescem na compreensão do desenvolvimento emocional primitivo, base das demais relações objetais estabelecidas posteriormente. A experiência dos atendimentos psicossociais oferecidos pelo NAFVD é evidenciada na exposição dos discursos genéricos que são repetidamente manifestados, principalmente nas primeiras sessões individuais e em grupo.

A expectativa do desenvolvimento desse trabalho é a de que a vida emocional daqueles que comparecem aos atendimentos mereça a devida consideração e não seja relegada a um plano secundário. Junto às contextualizações sociais e culturais, as subjetividades devem ser valorizadas e trabalhadas enquanto mantenedoras da naturalização das violências praticadas contra as mulheres.

O presente trabalho foi então estruturado em 4 capítulos.

O primeiro capítulo, trata da importância do atendimento aos autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. O segundo capítulo traz aspectos da teoria de Melanie Klein que contribuem para a compreensão de conteúdos do mundo interno dos agressores possivelmente presentes nas relações objetais; no

terceiro capítulo, apresentam-se contribuições das teorias de Freud, Bion e Winnicott que convergem com as ideias kleinianas aqui expostas, especialmente no que concerne ao entendimento de que um bom desenvolvimento psíquico resulta em um adequado relacionamento com o mundo externo; no quarto e último capítulo é efetuada a correspondência das ideias desenvolvidas com os padrões repetitivos dos discursos apresentados pelos usuários do programa NAFVD, e a sugestão para um novo enfoque nos atendimentos psicossociais.

1 ATENDIMENTOS A AGRESSORES CONJUGAIS

O combate à violência contra a mulher no Brasil tem sido uma luta nos últimos quarenta anos e a visibilidade dada a essa questão tem mobilizado diversos setores sociais em prol da cultura de paz.

Os movimentos feministas foram e continuam sendo os grandes mantenedores desse debate, expondo os abusos cometidos diariamente e estimulando as denúncias ao sistema de justiça.

A Lei Maria da Penha constitui-se em importante instrumento de proteção à mulher. Promulgada em 2006, ela é fruto da incansável luta da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que não se conformou com a impunidade da legislação brasileira frente a seu ofensor. Foram necessários 19 anos para que ele fosse a julgamento por tentativa de homicídio, tendo cumprido apenas dois anos em regime fechado. Maria da Penha apelou para a OEA que puniu o Brasil pelo descaso com a violência praticada contra as mulheres, pressionou o país a criar uma legislação específica para tal temática e a denominá-la de “Maria da Penha”, como forma de reparação simbólica estatal.

Com a promulgação da Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, as mulheres têm-se encorajado a não mais silenciar frente aos abusos sofridos e têm buscado auxílio e proteção do Estado, nas mais diversas esferas, seja em Delegacias, Promotorias, hospitais ou em centros especializados no atendimento à mulher.

Com isso, o número de equipamentos disponíveis e acessíveis às mulheres vítimas de abusos tem aumentado, permitindo-lhes maior acessibilidade na busca de proteção e de esclarecimento de seus direitos. Só no Distrito Federal, além de grupos de apoio informais organizados em comunidades, pode-se citar a DEAM (Delegacia Especial de Atendimento à Mulher), o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Pró-vítima, a Casa da Mulher Brasileira, a Casa Abrigo, o CEAM (Centro Especializado de Atendimento à Mulher) e o NAFVD (Núcleo de Atendimento à Família e ao Autor de Violência Doméstica).

Dessa forma, a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher tem sido mantida visível e problematizada nos mais diversos círculos sociais,

evidenciando a necessária intervenção nessas dinâmicas relacionais violentas. A mídia também contribui com a divulgação de reportagens diárias de violências cometidas contra a mulher, mais especialmente os casos de feminicídio.

Portanto, trata-se de uma pauta mais que atual e que precisa ser incansavelmente exposta, a fim de que a sociedade mantenha a sua indignação e busque formas não apenas de repressão, mas também de prevenção a tais episódios que tanto marcam as vidas dos diretamente envolvidos, como dos familiares e, mais especialmente, das crianças e adolescentes inseridos em lares violentos.

Uma das formas de combate à violência contra a mulher que tem surgido mais recentemente é o atendimento psicossocial a agressores (majoritariamente homens) assim tipificados pela Lei Maria da Penha. Tais medidas, entretanto têm enfrentado a crítica das alas feministas mais radicais que acreditam ser dever do Estado proteger a vítima e punir o autor. Além disso, defendem que o gasto público deve ser direcionado quase que exclusivamente no cuidado e proteção às mulheres.

Na contramão de tais argumentações encontra-se o NAFAVD, equipamento da Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal. Atuando desde 2003, o NAFAVD surgiu a partir de demandas da Casa Abrigo. Mulheres abrigadas por estarem correndo sério risco de vida recebiam total proteção estatal, enquanto lá se mantivessem. Assim que eram desligadas – por decisão conjunta da abrigada com a equipe multiprofissional, ou a pedido - voltavam ao convívio social, e muito frequentemente aos seus parceiros agressores e a família não recebia mais nenhum tipo de acompanhamento.

O NAFAVD, portanto, iniciou seus trabalhos oferecendo acompanhamento psicossocial às mulheres oriundas da Casa Abrigo e seus parceiros. Com o tempo, foram sendo firmadas parcerias do Executivo com o Ministério Público, e hoje, o NAFAVD atende majoritariamente os encaminhamentos judiciais.

Ambos, homens e mulheres, recebem atendimento psicossocial, com a ideia de que trabalhar as partes envolvidas nos conflitos otimiza a possibilidade de não haver mais reincidências. Os atendimentos se dão, preferencialmente em grupo, havendo também acompanhamento individual, a depender de cada caso.

As principais particularidades do trabalho desenvolvido pelos NAFAVDs são o foco nas questões de gênero, incluindo a problematização do machismo e do patriarcado, por exemplo, e o atendimento aos homens autores de violência.

O atendimento a esses homens permite a quebra de estigmas, preconceitos e concepções que muito facilmente contaminam quem passa a ser rotulado de “autor de violência doméstica e familiar contra a mulher”. Obviamente não se pode incluí-los em uma só categoria, porquanto há diversas formas de perpetração de violência que variam em tipo, frequência e intensidade. Há casos mais graves, com risco extremo de letalidade, mas estes não formam a maioria dos casos atendidos nos Núcleos, de modo que se lida muito mais frequentemente com situações moderadas e cotidianas.

O atendimento a homens envolvidos em violência conjugal começa a ser defendido no Brasil sob o principal argumento de que esse trabalho se encontra na pauta do combate à violência contra a mulher. Diversos estudos têm surgido sobre esse tema, evidenciando-se a importância com que ele tem sido considerado e compreendido.

Conforme afirma Guimarães (2015, p.15) em sua tese de doutorado, “existem poucos estudos sobre homens e violência conjugal”, e cita levantamentos feitos por autores que atestam, por exemplo, que dentre as 286 publicações no Brasil sobre violência doméstica no intervalo de 1975 a 2005, somente 7% tinham os homens como objeto de pesquisa. Outro estudo aponta que até o ano de 2009, houve apenas 54 pesquisas sobre autores de violência contra a mulher.

De uma maneira geral, os temas de pesquisa vinculados aos autores incluem a questão das masculinidades. Discute-se, portanto, as questões de gênero, culturais, onde as imposições de papéis masculinos determinam sua forma de se apresentar na sociedade.

Gênero é um conceito sociológico relativamente novo que faz uma disjunção entre o sexo biológico e o papel social a ser manifestado. Melhor dizendo, desnaturaliza os comportamentos tidos como femininos ou masculinos como vinculados ao fato de se nascer mulher ou homem. Assim, é o meio cultural em que o sujeito se encontra inserido que imporá as atitudes e comportamentos que ele pode expressar, reforçando engessamentos e desigualdade de poder.

O termo masculinidade aprofunda essa questão e discute qual padrão

se tornará referência em um dado momento em um dado lugar, demonstrando que as sociedades impõem papéis e estabelecem relações de poder a partir dessas expectativas. Conforme afirma Guimarães (2015, p.18), citando Almeida, 1995; Separavich & Canesqui; Teixeira, 2009, “a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subalternas no contexto do patriarcado”.

Portanto, os estudos que têm surgido a respeito de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher levam comumente em consideração os aspectos sociológicos e culturais, colocando o mundo interno emocional como um aspecto menos relevante para o momento.

Por entender o fenômeno da violência doméstica e familiar como complexo, dinâmico e multifatorial, tento contribuir com reflexões acerca dos conteúdos psíquicos dos sujeitos que se submetem aos atendimentos psicossociais ofertados pelo NAFVD. Penso que agregar aspectos outros aos que surgem dos estudos que têm sido feitos aumenta a capacidade de compreensão do que se encontra em jogo nas relações íntimas de afeto e, conseqüentemente, nas violências aí praticadas.

Corroborando tal perspectiva, Guimarães (2015, p.8), referenciando-se a Medrado (2009) afirma que “incluir as dimensões subjetiva e relacional juntamente com os aspectos culturais e institucionais pode agregar dados relevantes na análise desse fenômeno complexo”. E mais, que “é necessário também valorizar as falas masculinas sobre seus sofrimentos e necessidades e ter a compreensão de que dar atenção aos homens não corresponde necessariamente a promover a desresponsabilização sobre seus atos”.

Ponto importante a ser levado em consideração, dar voz aos homens em atendimento não redundará em desimplicá-los dos conflitos conjugais em que se encontram envolvidos (ou estiveram envolvidos), mas abre caminho para a compreensão dos conteúdos psíquicos que podem estar aí presentes e trabalhar com eles também nessa dimensão, inclusive responsabilizando-os por seu mundo interno que termina por influenciar em sua forma de se relacionar com o mundo externo.

“É necessário ampliar o conhecimento sobre a violência conjugal do ponto de vista psicológico para contribuir para a promoção de mudança de valores – pessoais, relacionais, institucionais e sociais - para fundamentar políticas públicas”,

afirma Guimarães (2015, p. 8), citando Fávero (2001). A psicanálise, por sua vez, tem muito a contribuir para a compreensão dos conteúdos inconscientes que influenciam fortemente nas formas como as relações de objeto se estabelecem e mais especificamente ainda, quando essas apresentam traços, ou mesmo são pautadas, pela violência.

2 VIDA PRIMITIVA EM KLEIN

Melanie Klein compreende o desenvolvimento mental primitivo a partir de duas dinâmicas relacionais com características bastante próprias, a saber: posição esquizoparanoide e posição depressiva. Importante enfatizar que se trata de posições e não fases, pois não são momentos estanques e sucessivos, mas formas de funcionamento que possuem maleabilidade, podendo o sujeito transitar por elas em qualquer momento de sua vida.

A posição esquizoparanoide normalmente ocorre no intervalo que vai do nascimento até, aproximadamente, os seis meses de vida. É aqui que as angústias e as defesas mais primitivas são acionadas. Ao vivenciar suas primeiras experiências de frustração relacionadas à ausência do seio que amamenta no momento em que é demandado, o bebê ataca fantasisticamente esse objeto, direcionando a ele todo seu ódio. Em contrapartida, esse mesmo seio se torna maleficamente devastador e vingativo. Ansiedades, portanto, são despertadas e esse psiquismo primitivo precisa delas se defender.

A fim de proteger seu frágil ego dessas ansiedades desnorteadoras, o bebê erige alguns mecanismos de defesa primitivos. Assim, cinde, em sua fantasia, esse objeto em dois, o seio gratificador idealizado e o seio mau frustrador e perseguidor. Dirige a esse último todo o seu ódio e ressentimento, projetando nele as partes más de seu *self*. Assim, seu ego mantém-se portador das melhores qualidades –introjeção -, enquanto o objeto mau abriga todas as características negativas – projeção.

Compreendendo que nessa idade o bebê não possui discernimento entre mundo interno e mundo externo – aqui a relação mãe-bebê é fusionada, simbiótica -, tudo aquilo que é expulso de si também lhe pertence, de modo que o que é depositado no objeto frustrador, ou seja, o ódio, os desejos de retaliação, de destruição, retornam ao ego e introduzem-se em seu mundo interno como um objeto mau que irá destruí-lo.

O bebê lança mão, então, de outros mecanismos defensivos que se somam à cisão. O seio mau frustrador, portador das projeções, passa a ser negado

juntamente com as partes do *self* a ele vinculadas. O seio bom gratificador, por sua vez, passa a ser percebido de modo idealizado.

De forma resumida tem-se que o medo de despedaçamento e de aniquilamento é combatido com a cisão do objeto e do *self*. O objeto bom passa a ser idealizado, com a projeção da pulsão de morte para o objeto mau cindido. Combinado à cisão do objeto e à idealização, vem a negação, mais um processo defensivo. É a negação do objeto mau e das relações de objeto a ele relacionadas, o que implica em negação da realidade psíquica. Assim, são negadas a frustração, a perseguição e as partes do eu conectadas ao objeto perseguidor. “A negação da realidade psíquica só se torna possível através de fortes sentimentos de onipotência, uma característica essencial da mentalidade arcaica” (KLEIN, 1946/1991, p. 26).

Os mecanismos de defesa dessa posição, frente às primeiras experiências de frustração, iniciam-se com os impulsos orais, muito presentes no início da vida do bebê. As fantasias iniciais são as de despojamento, esvaziamento, despedaçamento do seio. Juntam-se a essas as fantasias relacionadas aos impulsos anais e uretrais, a saber, a inundação do seio e do corpo da mãe de excrementos e partes do *self* odiosas que “são usados não apenas para danificar, mas também para controlar e tomar posse do objeto” (KLEIN, 1946/1991, p. 27).

É nesse contexto que as ideias de voracidade e inveja são descritas. Na voracidade o bebê suga, esvazia, despoja o seio de todo seu conteúdo interno. A inveja, por sua vez, mostra-se como uma continuidade desse processo quando o ódio dirigido ao objeto se intensifica demasiadamente. Assim, após o esvaziamento, o seio passa a ser preenchido pelos excrementos e partes más do ego, ficando destruído. Isso assim se dá, pois é o seio bom o detentor de todas as qualidades desejadas pelo bebê, e este se ressentido de não ser o seu portador. “A inveja contribui para as dificuldades do bebê em construir seu objeto bom, porque ele sente que a gratificação de que se viu privado foi guardada para si mesmo pelo seio que o frustrou” (KLEIN, 1957/1984, p. 28).

Portanto, as primeiras ansiedades que surgem se expressam nos ataques sádico-orais que o bebê direciona ao seio frustrador, na tentativa de destruí-lo, despedaçá-lo. Ao mesmo tempo, esse mesmo objeto atacado é introjetado, transformando-se em um objeto interno persecutório. As fantasias aí instaladas

despertam ansiedades de aniquilamento e, conseqüentemente, mecanismos defensivos primitivos, tais como a própria cisão do objeto e do *self*, negação das realidades interna e externa, idealização, onipotência.

Assim, a posição esquizoparanoide compreende toda essa complexa dinamicidade na vida psíquica quando das primeiras inter-relações do sujeito com o mundo externo e com seu próprio mundo interno. É nela que Melanie Klein desenvolve um de seus conceitos mais notórios, a identificação projetiva. Termo controverso, alvo de debates entre analistas kleinianos e não-kleinianos, a identificação projetiva integrou-se ao corpo da teoria psicanalítica de forma definitiva.

Esse termo aparece pela primeira vez em seu artigo de 1952, embora já tenha inicialmente desenvolvido sua ideia em “Notas sobre alguns mecanismos esquizoides” (1946), onde trabalhou a posição esquizoparanoide. Sua relação com mecanismos de cisão do *self*, projeção, dentre outros revela o seu aparecimento na vida primitiva do sujeito, uma vez que se dá de forma maciça e narcísica, e com o claro intuito de preservação de um ego frágil e dependente.

A identificação projetiva é, de acordo com Laplanche e Pontalis (2001, p.233), uma “projeção fantasística para o interior do corpo materno de partes clivadas da própria pessoa do sujeito, e mesmo desta na sua totalidade (não apenas maus objetos parciais), de forma a lesar e controlar a mãe a partir do interior”. Para Klein, aqui se encontra o protótipo de uma relação objetal agressiva.

A identificação projetiva pode ser compreendida como um conceito geral, onde cabem diversas variações referentes a um mesmo mecanismo defensivo. Tal compreensão permite um menor engessamento de uma teoria psíquica que precisa acompanhar a profunda dinamicidade e plasticidade do funcionamento mental. Assim, “os muitos motivos para a identificação projetiva – controlar o objeto, adquirir seus atributos, evacuar uma má qualidade, proteger uma boa qualidade, evitar a separação – ficam todos mais proveitosamente incorporados no conceito geral” (SPILLIUS, 1991, p. 91).

Assim sendo, Klein amplia e aprofunda o conceito freudiano de projeção, e acrescenta que tal mecanismo de defesa está sempre acompanhado de fantasias e de excisão de partes do *self*, sendo que o sujeito continua conectado a tais partes projetadas. Conforme afirma Rosenfeld (1971), a identificação projetiva kleiniana é,

em uma formulação mais complexa, “[...] um processo de cisão do ego arcaico, no qual ou as partes boas ou as partes más do *self* são excindidas do ego e, a seguir, projetadas com amor ou ódio para dentro de objetos externos, o que leva à fusão e identificação das partes projetadas do *self* com os objetos externos” (ROSENFELD, apud SPILLIUS, 1991, p. 125).

Para Garcia-Roza (2003, p.75), “esse processo de introjeção e expulsão é correlativo do processo de constituição do ego e do objeto, e se faz pela ação tanto da pulsão de vida (enquanto pulsão de unificação) quanto da pulsão de morte (enquanto pulsão de desunião)”. O que corrobora o que Melanie Klein pensava a respeito do início da formação do ego: “[...] o ego é posto em ação pela pulsão de vida, na época do nascimento. O processo primário de projeção é a maneira de defletir a pulsão de morte para o exterior. [...] O outro processo primário é a introjeção, que também está em grande medida a serviço da pulsão de vida” (KLEIN, 1991, p. 272).

Para a teoria kleiniana, o ego do bebê não se encontra unificado desde o início, mas tende a isso. Essa unificação, entretanto, só irá acontecer se, em seus movimentos de integração-desintegração, a primeira se sobrepuser. Para isso, a tolerância à frustração inata e a manutenção do seio inteiro gratificador no interior do *self* precisam ser mais fortes que a frustração e a introjeção do seio mau fragmentado e perseguidor. Conforme afirma Klein (1946/1991, p.25), “esse primeiro objeto bom interno atua como um ponto focal no ego. Ele contrabalança os processos de cisão e dispersão, é responsável pela coesão e integração e é instrumental na construção do ego”.

Para Melanie Klein (1946/1991), portanto, a identificação projetiva envolve processos de projeção e identificação com o seio mau e a relação de objeto agressiva que aí se estabelece. O objeto mau internalizado se torna agressivamente persecutório na fantasia do bebê e seu ego, nesse caso, se enfraquece, uma vez que a agressividade, no psiquismo, encontra-se relacionada com poder, força, potência, conhecimento, dentre outras características desejáveis.

Mas a identificação projetiva também envolve a projeção e identificação com as partes boas do *self*. “A projeção de sentimentos bons e de partes boas do

self para dentro da mãe é essencial para habilitar o bebê a desenvolver boas relações de objeto e para integrar o seu ego” (KLEIN, 1946/1991, p. 28).

Assim sendo, a posição esquizoparanoide, contendo a identificação projetiva, compõe-se de uma complexa trama inter-relacional do sujeito com os primeiros objetos parcializados, em uma dinâmica de projeções e introjeções acompanhada de intensos afetos e mecanismos defensivos primitivos.

Seguindo-se a ela vem a posição depressiva, que ocorre por volta dos seis meses de idade até aproximadamente um ano de vida. Nela, os objetos, antes cindidos, unificam-se, assim como o *self*, de modo que as relações se tornam objetais totais. É aqui que há a fusão entre os aspectos bons e maus de um mesmo objeto, e o bebê precisa lidar com os impulsos sádicos dirigidos ao objeto não mais cindido, mas inteiro. Em outras palavras, é quando a criança compreende que, ao atacar o seio mau, atinge o seio gratificador, ao qual deseja a preservação. Surgem, portanto, o sentimento de culpa e o desejo de reparação abrindo caminho para o mais nobre mecanismo defensivo: o recalque.

É na posição depressiva que o complexo de Édipo se inicia na teoria kleiniana, pois agora o objeto é percebido como inteiro e separado do sujeito por um terceiro que intervém nessa relação anteriormente fusionada. Aqui, a criança vivencia a rivalidade e o medo de deixar de ser amada. Na posição depressiva, o ciúme comparece e “diz respeito principalmente ao amor que o indivíduo sente como lhe sendo devido e que lhe foi tirado ou se acha em perigo de sê-lo, por seu rival” (KLEIN, 1957/1984, p. 29).

Tantos outros mecanismos defensivos são estudados por Klein (1957/1984), mas, aqui, cabe acrescentar, a “desvalorização do objeto” (p.96). Trata-se de uma forma de o ego se proteger da inveja ao seio, uma vez que um objeto que perde o seu valor não precisa ser invejado.

Essas ansiedades e mecanismos defensivos a elas associados encontram-se presentes no desenvolvimento psíquico primitivo de todas as pessoas. O que faz com que fixações e regressões se instalem ao longo da vida depende, primordialmente, da intensidade com que tais ansiedades comparecem no indivíduo e de sua capacidade para lidar com elas. Esses aspectos, por sua vez, dependerão de fatores inatos e do meio em que o bebê se encontra inserido. Basicamente, pode-

se compreender que quando as ansiedades fantasísticas se mostram excessivas, os mecanismos defensivos se acirram, e isso interfere na forma como o sujeito se relaciona com seus objetos. Concomitantemente, um ambiente acolhedor e adequadamente adaptado às necessidades do bebê auxilia-o a lidar com mais tranquilidade com seu mundo interno, enquanto que um meio ansiogênico estimula a rigidez dos mecanismos defensivos e dificulta todo o desenvolvimento psíquico posterior.

3 CONTRIBUIÇÕES DE FREUD, BION E WINNICOTT

A agressividade mostrou-se um tópico importante para a teoria e a prática de Freud. As tendências hostis sempre foram observadas e consideradas em seus atendimentos, precisando com elas lidar em seu manejo clínico.

Freud compreende a agressividade sob diversos pontos de vista ao longo de suas elaborações teóricas, mas sempre a referencia como constitutiva do sujeito. Torna-se, muitas vezes, diferenciada da violência, uma vez que essa se refere à tentativa de destruição do outro, enquanto a agressividade diz respeito à constituição de si mesmo. “A agressividade, ao contrário da violência, inscreve-se dentro do próprio processo de construção da subjetividade, uma vez que seu movimento ajuda a organizar o labirinto identificatório de cada sujeito” (VILHENA; MAIA, 2002). A violência, por sua vez, visa à destruição do objeto, à sua anulação.

E para que a construção da subjetividade, a partir dessas relações estabelecidas com objetos, seja viabilizada, dois conceitos teóricos freudianos se mostram imprescindíveis, a saber, a projeção e a introjeção.

Para a psicanálise, a projeção é um mecanismo arcaico de defesa, onde “o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo 'objetos' que ele desconhece ou recusa nele” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 374). É encontrada com bastante evidência na paranoia, um pouco menos acentuada na fobia, e também nas formas normais de funcionamento psíquico.

Uma das definições de Freud para a projeção é a de que se trata de um processo onde “uma percepção interna é suprimida e, ao invés, seu conteúdo, após sofrer certo tipo de deformação, ingressa na consciência sob a forma de percepção externa” (FREUD, 1911/1996, p.73). É partindo dessa ideia freudiana de projeção de conteúdos internos – alterados ou não - para o exterior que Klein encontra a base para a compreensão da identificação projetiva.

Junto à projeção, a introjeção também possui papel fundamental na dinâmica da identificação projetiva. Trata-se de um “processo evidenciado pela investigação analítica. O sujeito faz passar, de um modo fantasístico, de ‘fora’ para

‘dentro’, objetos e qualidades inerentes a esses objetos” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 248).

Mas a identificação projetiva agrega também o rico mundo fantasístico do bebê. A fantasia mostra-se fundamental, pois “[...] pode-se supor que [...] participa do desenvolvimento inicial do ego em sua relação com a realidade, e apoia a comprovação da realidade, assim como o desenvolvimento do conhecimento do mundo externo” (ISAACS, 1952/1982, p. 122). Para Segal (2005), as fantasias “[...] são mais antigas que o pensamento; dão forma à representação mental das situações que vivemos e das nossas necessidades; definem as suposições que usamos para compreender o mundo e dar-lhe sentido *sem ter de pensar a respeito*” (p. 41, grifo da autora).

Bion acompanha os passos de Melanie Klein e inclui, em sua teoria do pensar, a possibilidade de o pensamento e o ato de pensar auxiliarem o bebê em sua interação com a realidade. Isso vai ao encontro da compreensão de Segal (2005, p.74) de que, “o pensamento é uma modificação da fantasia inconsciente, uma modificação similarmente ocasionada pelo teste de realidade”.

A teoria bioniana explica o surgimento dos pensamentos como o recurso necessário – além das fantasias primitivas - para o bebê dar conta das primeiras frustrações advindas da realidade externa. Para Bion (1961 apud SPILLIUS, 1991, p. 186), a criança já nasce com concepções como a do seio que a satisfaz em suas necessidades físicas e emocionais; quando a experiência de satisfação se concretiza, a criança passa a desenvolver concepções, que depois, com as repetidas experiências positivas, evoluem para conceitos, e, ao longo da vida, sistemas mais complexos de raciocínio e demais sofisticações do aparelho mental. Tal resultado evolutivo só se efetiva se as condições prévias transcorrerem dentro de um intervalo de normalidade, sem excessos afetivos, fantasísticos e nem oriundos do meio externo.

Uma boa evolução na posição depressiva do bebê dá-lhe condições de desenvolver os pensamentos, chegando, ao longo de experiências emocionais adequadas – onde os mundos interno e externo passam a ser diferenciados e bem aceitos em suas limitações – a altos graus de abstração, estimulando o desenvolvimento da criatividade e dando ao sujeito condições de simbolizar e de

buscar saídas outras, que não sejam a passagem ao ato, nem a destruição do objeto.

Entretanto, quando a preconcepção do seio não encontra tal objeto, ou se este retarda o seu aparecimento, restam à criança duas possibilidades: se a angústia perpetrada pelo seio mau – frustrador - se torna violentamente intensa, a criança estabelece com ele uma relação agressiva - bebês que apresentam baixo limiar de tolerância à frustração logo respondem a ela, mostrando-se bastante reativos e impulsivos.

Por outro lado, quando o bebê possui uma boa tolerância à frustração, a ausência do encontro da preconcepção com a realização da pulsão gera um hiato que passa a ser preenchido por pensamentos. Assim, “[...], a capacidade para tolerar frustração capacita a psique a desenvolver pensamentos como um meio de tornar a frustração tolerada ainda mais tolerável” (BION, 1961 apud SPILLIUS, 1991, p. 187).

Os pensamentos surgem, portanto, com as boas experiências iniciais e para dar conta da ausência de satisfação, e auxiliam o bebê a apreender, aos poucos, o princípio de realidade. Ele passa a compreender que o seio que não compareceu à hora desejada pode vir um pouco mais tarde e que, dessa forma, ele pode tolerar sua ausência sem destruí-lo. Esses são pensamentos bem primitivos, mas que começam a inserir o sujeito no mundo da realidade que o cerca e proporcionam uma interação de forma mais apaziguada.

Tais pensamentos verbais advêm de simbolizações efetuadas pela parte não-psicótica que Bion defende existir na vida psíquica primitiva, e se evidenciam na fase depressiva do desenvolvimento infantil. Dão continuidade aos pensamentos pré-verbais, típicos da fase esquizoparanoide. “[...] o pensamento verbal é o que sintetiza e articula impressões, sendo desse modo essencial para a percepção da realidade interna e externa [...]” (BION, 1955 apud SPILLIUS, 1991, p. 83).

A baixa tolerância à frustração da criança, por outro lado, inunda-a de agressividade, desejos de retaliação, despedaçamento e destruição do seio mau e impede-a de abrir espaço para outras possibilidades de relação. E “a incapacidade para tolerar frustração pode obstruir o desenvolvimento de pensamentos e de uma capacidade para pensar” (BION, 1961 apud SPILLIUS, 1991, p. 188). Nesse caso, o

sujeito fica preso ao funcionamento mais acentuado da parte psicótica da personalidade, inviabilizando o surgimento ou a manutenção dos mecanismos de defesa da parte não-psicótica.

Além disso, não apenas o mundo interno do bebê se torna importante para a compreensão do funcionamento do sujeito na vida adulta, mas o meio em que se encontra inserido também. Assim, as ideias de Winnicott contribuem para a ampliação desse olhar.

A teoria winnicottiana compreende o bebê em sua relação com a mãe, em outras palavras, não existe bebê sem a função materna. É essa quem permite o desenvolvimento somático e psíquico do ser humano em sua fase de vida mais primitiva.

Para esse psicanalista, todo bebê nasce com um potencial para se desenvolver física, biológica e psiquicamente, sendo que tal potencial só se evidenciará se houver um ambiente capaz de permitir o seu afloramento.

Winnicott (1956) desenvolve o conceito de preocupação materna primária como o primeiro sinal de que a mãe (saudável) que se encontra, especialmente, na fase final da gestação de seu filho, tornou-se apta a desenvolver um bom vínculo inicial com ele. Espera-se que tal preocupação dure até pouco mais de algumas semanas do nascimento da criança. É na preocupação materna primária que a mãe – ou quem exerce essa função - se torna capaz de desenvolver uma “adaptação sensível e delicada às necessidades do bebê já nos primeiros momentos” (WINNICOTT, 1956/2000, p. 401) – mãe suficientemente boa. Estabelece-se na dupla uma interação de fundamental importância para ambos e mais especialmente para o bebê, que passa a receber suporte emocional e físico para se desenvolver adequadamente. A mãe suficientemente boa oferece as condições para que o ego primitivo evolua até a integração, para que corpo e mente se unifiquem e para que, aos poucos, outros objetos possam ser investidos afetivamente tirando a criança da relação simbiótica inicial.

É nesse contexto que o bebê se torna capaz de experienciar, de forma mais apaziguada, as vivências de aniquilamento e sua posterior recuperação. E as repetições desse ciclo, em um ambiente seguro, oferecem-lhe a capacidade de tolerar melhor as inevitáveis frustrações e a confiar no mundo que o cerca.

Muito embora Winnicott e Klein tenham discordado em diversos outros pontos, todas essas ideias aqui expostas vão ao encontro da teoria kleiniana de desenvolvimento psíquico primitivo. Percebe-se que a criança precisa encontrar um ambiente suficientemente bom para que possa lidar da forma menos traumática possível com os bombardeios de estímulos oriundos do mundo externo e também de seu rico mundo interno fantasístico.

Aglutinando-se o teor das conceituações kleinianas, freudianas, bionianas e winnicottianas, pode-se depreender que a criança, em seus primeiros meses de vida, carrega inatamente seu potencial para se desenvolver e sua capacidade para lidar bem ou mal com as inevitáveis frustrações. O baixo limiar para suportar a frustração coloca o bebê mais fortemente à mercê de suas fantasias destrutivas, e dificultam seu acesso a mecanismos defensivos mais adequados e realísticos, dentre eles, a capacidade de pensar. Se a isso se junta um ambiente empobrecido ou severamente limitador, a capacidade de desenvolvimento psíquico torna-se muito comprometida.

Por outro lado, um sujeito que suporta bem as frustrações e que se encontra envolto em um meio adequado e propiciador de seu desenvolvimento, adquire uma boa integração egoica e um importante florescimento de seu verdadeiro *self*, de sua capacidade criativa e de raciocínio, e estabelece uma relação positiva com o mundo.

Aquele que possui baixa tolerância à frustração, mas encontra-se inserido em um meio acolhedor e contenedor adquire a chance de evoluir e funcionar de forma mais confiante e menos ansiosa. Ao contrário, a criança que resiste bem aos ataques ansiogênicos, mas cujo meio circundante se mostra fortemente frustrador, pode pender (ou não) para mecanismos defensivos mais arcaicos. Assim, as relações estabelecidas entre o ambiente e o bebê formam interações e superposições que influenciarão diretamente no destino deste último e em suas relações de objeto no decorrer de sua vida.

4 ALGUMAS VIVÊNCIAS PRIMITIVAS NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

A agressividade é parte constituinte do sujeito e comparece inevitavelmente em suas relações objetais. É da ordem do humano, libidinal e pode ser expressa de diversas formas. Assim sendo, pode ser sublimada, recalcada, atuada, a depender dos mecanismos internos disponíveis ao sujeito.

O atendimento psicossocial com casais envolvidos em violência doméstica contra a mulher oferece a oportunidade de se olhar mais de perto para as relações íntimas de afeto mergulhadas em agressividade, e compreender o lugar que ela ocupa e suas possíveis origens.

Mais especificamente, o trabalho com agressores domésticos auxilia na compreensão das dinâmicas dos relacionamentos violentos, uma vez que fenômenos conscientes e inconscientes podem ser acessados, como suas fantasias, angústias, mecanismos de defesa, dentre outros. Assim, um espaço de reflexão e responsabilização passa a ser viabilizado, para além do viés punitivo.

Em sua esmagadora maioria, os atendidos, inicialmente, contestam a violência delatada; ou a minimizam ou a contextualizam na dinâmica relacional de agressões mutuamente perpetradas, sempre, ou quase sempre, iniciadas, provocadas por suas (ex) parceiras. Basicamente afirmam não ter havido violência da parte deles ou, se houve, deu-se como reação defensiva.

O que também se evidencia nos atendimentos, desde o início, é que a ambiguidade nas relações íntimas de afeto se mostra patente nos usuários do programa NAFVD. Tratando-se mais especificamente dos autores de violência que lá chegam (em sua maioria homens e parceiros das vítimas), estes tentam justificar, racionalizar o que os levou a praticar o ato violento, quando, de fato, o admitem. Fica clara, no entanto, a dificuldade em compreender a violência praticada justamente contra a pessoa de quem se gosta. Ao mesmo tempo, há uma naturalização da violência perpetrada – reforçada pela cultura machista e patriarcal -, como se houvesse uma compreensão interna, em algum nível, de que é especialmente na relação íntima com o outro que a agressividade comparece mais intensamente. A violência não deixa de ser uma forma de comunicação e também pode ser

compreendida como um sintoma, e não só de cada um dos sujeitos, mas da própria relação.

Os relatos costumam trazer uma dinâmica relacional de brigas e reacertos, momentos conturbados e de apaziguamento, de ofensas e reparações como a que foi estudada pela psicóloga americana Leonore Walker em 1979, tendo estabelecido o chamado ciclo da violência doméstica. Observou que casais envolvidos em violência conjugal passavam frequentemente por um ciclo composto de três fases, a saber: episódio violento; período de lua-de-mel; e tensão, quando então ocorre novo episódio violento e, assim, sucessivamente. Ela demonstra a circularidade repetitiva em que o casal se encontra inserido e a dificuldade em romper tal dinâmica. Conforme afirmam Porto e Luz (2004, p.214), “[...] nem todos os momentos do relacionamento são marcados pela agressão à mulher” e detalham um pouco mais os três momentos do ciclo que são

[...] a fase de tensão, caracterizada por insultos, humilhação e provocações mútuas; o episódio agudo de violência, marcado pelos diferentes tipos de agressões; e a fase de lua-de-mel, em que o casal realiza promessas mútuas, ocorre uma idealização do parceiro e a negação da vivência de violência. (PORTO; LUZ, p.215).

Esse olhar parece muito se aproximar das ideias kleinianas de ansiedades e mecanismos defensivos da vida psíquica primitiva. Tanto na posição esquizoparanoide quanto na posição depressiva, os ataques dirigidos aos objetos maus são compensados com a manutenção-recuperação dos objetos bons.

Adentrando-se na teoria kleiniana, a agressividade já se encontra presente nas primeiras relações objetais do sujeito. A cisão do objeto em seio bom gratificador e seio mau frustrador, e toda a dinâmica primitiva da psique relacionada a ela, revela a agressividade comparecendo logo nos primórdios da vida.

Essa agressividade inicial protege o ego incipiente das fantasias de aniquilação e o preserva de ataques persecutórios fantasísticos. Inicialmente, os objetos bons e maus são cindidos e parciais, sendo que, com o desenvolvimento emocional, tornam-se inteiros e ambivalentes, pois carregam em si a gratificação e a frustração. São as posições esquizoparanoide e depressiva, nesta ordem.

Tal ambivalência estará presente em todas as relações objetais estabelecidas posteriormente – tal qual evidenciada nos discursos dos usuários do

NAFAVD - e a qualidade delas dependerá da forma com que os sujeitos envolvidos darão conta, especialmente, das inevitáveis frustrações.

Assim, nos atendimentos psicossociais, sempre se percebe que expectativas são depositadas no outro com quem o autor se relaciona (ou se relacionou) e as violências comparecem particularmente quando tais expectativas – culturais ou subjetivas - não são contempladas. Na temática da violência contra a mulher não se pode perder de vista o viés cultural que se encontra presente, mas, ao mesmo tempo, não se pode ignorar as questões individuais e profundas que aí se apresentam.

A partir disso, as ideias a respeito da vida primitiva de Melanie Klein trazem luz para os mecanismos psíquicos possivelmente presentes nas relações íntimas como um todo e nos atos agressivos. Imaginando-se as relações objetais da vida adulta como um reflexo, ou melhor dizendo, uma superposição das primeiras relações objetais, compreende-se que os conflitos que surgem reeditam as ansiedades mais primitivas, em maior ou menor grau. Para lidar com elas nos momentos de muita angústia, o sujeito irá lançar mão dos mecanismos de defesa que se encontrarem mais estruturados em seu inconsciente; aqueles que forem mais efetivos para sua proteção egoica.

Klein dá continuidade à compreensão freudiana de que as primeiras relações de objeto são o protótipo de todas as demais relações estabelecidas, possibilitando a percepção de que o que está em jogo nas relações conjugais não são só as histórias compartilhadas pelos dois sujeitos - nem seu meio cultural - mas também o que cada um carrega em seu mundo interno.

Tomando como um ponto específico, a forma com que o sujeito lida com os malogros em sua vida conjugal explicita sua capacidade de tolerar frustração e suas reações a ela. Os diversos tipos e graus de violências conjugais praticadas dão a pista para se perceber a qualidade das vivências nos estágios iniciais de seu desenvolvimento.

Assim, se houve um bom desenvolvimento psíquico inicial – com uma mãe suficientemente boa - e o sujeito pôde vivenciar a posição esquizoparanoide e a posição depressiva dentro de parâmetros esperados, com a culpa em grau razoável, seguida dos desejos de reparação ao objeto de amor atacado, os mecanismos

defensivos acionados serão os dessa fase, inclusive o recalque. Com isso, o comportamento responsivo a situações de frustração terá maior probabilidade de se mostrar mais brando, menos emocional e mais racional.

Isso vai ao encontro da teoria bioniana que afirma que a boa capacidade de tolerância à frustração permite a espera e a abertura de espaço para o ato de pensar, oferecendo ao sujeito alternativas responsivas outras que não aquelas movidas pela impulsividade.

Ao contrário, se a criança não passou bem pela posição esquizoparanoide – seja por questões internas, seja por falhas na maternagem, ou por qualquer arranjo malsucedido desses elementos -, se fez forte uso das projeções e introjeções, da cisão dos objetos, etc., ela apresenta poucas chances de unificar tais objetos e fazer o luto esperado na fase subsequente. Em outras palavras, falhas na posição esquizoparanoide de desenvolvimento psíquico na infância fazem com que a criança não alcance a posição depressiva da forma esperada, de modo que a cada frustração posterior o sujeito tenda a reagir de um modo defensivo mais regressivo. Nessas situações, haverá, em alguma medida, uma cisão do eu, do objeto, identificações projetivas sendo acionadas e interferindo no funcionamento do sujeito e até mesmo de quem fizer parte de sua convivência, especialmente daquele que for alvo de seus ataques conscientes/inconscientes.

Com esse entendimento, podem ser observados mecanismos psíquicos desse âmbito ao longo do acompanhamento psicossocial. Assim, um dos mecanismos típicos da fase esquizoparanoide pode ser identificado nas entrevistas de acolhimento, qual seja a projeção das partes más do *self* para o objeto. Justificativa cotidiana, a violência só foi praticada (quando admitida), porque a (ex) parceira começou com as agressões. Em seguida, vem uma série de acusações de defeitos e malfeitos da mulher, sendo a esta atribuídos todos os problemas do casal. Ele se torna o detentor de todas as qualidades, e ela, de todas as características indesejáveis.

Não apenas a projeção pode ter sido acionada, mas o mecanismo mesmo da identificação projetiva, em algum grau, com a cisão do objeto, do *self*, com a projeção das partes más e introjeção das qualidades desejáveis. A mulher, portanto,

nos momentos de frustração, torna-se um objeto mau e persecutório, a quem o sujeito precisa atacar e de quem também precisa se defender.

Esse comportamento reiterado dos homens nas primeiras sessões pode evidenciar uma forma de se defender da angústia suscitada pela ida da mulher à delegacia, que é sentida como um forte ataque ao seu ego e a sua autoimagem. Somado a isso, as próprias violências possivelmente praticadas no episódio denunciado podem ser compreendidas como fruto de ataques ao objeto mau frustrador.

Melhor dizendo, os atos violentos geradores da denúncia seriam formas de se atingir agressivamente o objeto que frustra, de algum modo, as expectativas do sujeito, seja no âmbito de papel social preconizado, seja de outra ordem. Em qualquer caso, a mulher se reveste de características más, tornando-se a representante última de uma cadeia de objetos frustradores da história do sujeito.

Com as sessões subsequentes, à medida que o trabalho vai sendo desenvolvido, modificações nesse discurso podem ocorrer, e o sujeito consegue se perceber como copartícipe dos conflitos do casal e reequilibra o processo projetivo-introjetivo. Caso isso não ocorra, a evidência é a de que, possivelmente, o sujeito se mantém preso às ansiedades mais arcaicas, lidando inadequadamente com as intercorrências da relação conjugal.

Assim, a compreensão é a de que, nas violências conjugais, há uma série de vivências de um mundo interno mais primitivo comparecendo na vida adulta relacional, e as frustrações de expectativas depositadas sobre a mulher reativam, em última instância, as ansiedades primevas, com a consequente ativação de mecanismos defensivos primitivos. Mais ainda, a hipótese é a de que os autores de violência doméstica e familiar contra a mulher que apresentam baixa tolerância à frustração tendam a apresentar também baixa capacidade de simbolização e de criatividade. A passagem ao ato se torna iminente, e a resolução dos conflitos se dá muito facilmente pela violência, pelo desejo de destruir ou atacar o objeto frustrador.

Isso pode traçar uma relação entre o tipo, frequência e gravidade da violência perpetrada e a capacidade de tolerar frustrações. Quanto menor essa capacidade por parte do autor, maior a chance de a ofensa ser grave e cruel. A

desvalorização, a inveja e o ciúme também podem comparecer, agregando mais componentes ao ódio dirigido ao objeto.

Aliás, o ciúme costuma ser um dos principais motivos alegados para os conflitos. Ou o autor, ou a mulher, ou ambos apresentam esse traço que gera a discórdia no casal. Tratando-se de fantasias ou dados de realidade, a rivalidade se mostra frequentemente presente, denotando a contaminação das vivências primitivas nos relacionamentos afetivos atuais.

Outras características primitivas se mostram presentes em muitos relacionamentos conjugais, como, por exemplo, o acionamento da identificação projetiva com o objetivo de se controlar onipotentemente o objeto investido. Dessa forma, o sujeito encontra-se identificado com as partes projetadas de seu *self* e, com isso, acredita tornar o objeto previsível em suas ações ou pensamentos. Quando tal expectativa não condiz com a realidade apresentada, ou seja, quando a mulher surpreende negativamente o parceiro, esse se vê diante da alteridade, do desconhecido, do incontrolável. O objeto, assim, torna-se ameaçador e imprevisível, sendo um fácil alvo para ataques violentos de subjugação.

Situações de inveja dirigida a características desejáveis identificadas na parceira e não em si próprio também podem gerar retaliações violentas, dentre elas a desvalorização dos aspectos positivos da mulher – com ampliação para toda a classe feminina, típica do machismo - e desqualificações reiteradas.

De uma forma resumida, pode-se compreender que o sujeito que possui uma difícil relação com o mundo que o cerca tende a estabelecer relações íntimas agressivas, como fruto da projeção de seu mundo interno persecutório. Em outras palavras, a fragilidade egoica, oriunda de interações relacionais primitivas inadequadas, precisa ser protegida de objetos percebidos frequentemente como maléficos. É o oposto das relações embasadas nos aspectos positivos dos objetos e do *self* de sujeitos que passaram bem por suas primeiras experiências emocionais.

A partir de tais ideias e argumentações, dois eixos nos atendimentos aos agressores podem ser sugeridos para novas compreensões e possibilidades de intervenção: foco em situações de frustração e; atendimento individualizado de médio/longo prazo para aqueles que apresentam menos resistência em acessar seus conteúdos internos.

Como se trata de um serviço de atendimento psicossocial, o trabalho em grupo é o mais privilegiado. Nesse formato, algumas sessões mereceriam tratar especificamente do tema frustração. Seja com debates, dinâmicas, simulações, dentre outros, a questão da tolerância à frustração precisa ser problematizada e aprofundada.

Já o atendimento individualizado de médio/longo prazo deveria ser ofertado àqueles usuários que a ele se dispuserem. Não é o que acontece atualmente, uma vez que os casos para psicoterapia/análise saem da alçada psicossocial convencionalmente estabelecida e são indicados para serviços ou profissionais outros, fora do NAFVD. Com isso, perde-se um precioso material com que se trabalhar e que pode, inclusive, agregar compreensão, reflexões, estudos e novas ferramentas para se lidar com a violência nas relações íntimas.

De uma forma geral, portanto, a violência comparece quando recursos psíquicos mais sofisticados estão ausentes, tornando-se, muitas vezes, a única possibilidade dialógica na relação. E é por isso que a tolerância à frustração merece ser um dos principais temas a ser trabalhado em se tratando de conteúdos subjetivos. É ela quem evidenciará as ansiedades e os mecanismos defensivos acionados, além da força do superego em subjugar os desejos destrutivos. Estimular a capacidade de compreensão de seu mundo interno, de responsabilização pela forma com que se relaciona com os objetos, de contenção da impulsividade e de pensar antes de agir auxiliará o sujeito a escolher outras formas de reação frente às decepções intrínsecas às relações objetais.

CONCLUSÃO

As ideias aqui expostas permitem ampliar o escopo de compreensão das relações conjugais violentas no âmbito das subjetividades, que podem-se somar aos estudos relacionados aos aspectos culturais e sociológicos que vêm sendo desenvolvidos. Também visam acrescentar aspectos específicos de intervenção nos atendimentos a agressores.

As violências praticadas no ambiente doméstico e familiar incluem, não apenas o que é construído na relação inserida em determinada cultura, mas o que cada um dos partícipes traz de sua história primitiva.

As ideias kleinianas aqui expostas, junto a algumas concepções teóricas de Freud, Bion e Winnicott, evidenciam a importância da qualidade das vivências primitivas para o desenrolar dos relacionamentos íntimos na vida adulta. Uma boa interação com os objetos internos e externos favorece relações construtivas. Ao contrário, sujeitos que estabelecem relações persecutórias e negativas com o mundo externo e interno - tendo despertadas ansiedades de aniquilação - erigem mecanismos defensivos arcaicos, resultando na vivência de relações íntimas destrutivas e agressivas.

Assim, a sugestão aqui exposta é a de que o trabalho específico com os agressores deve abarcar os traços subjetivos, especialmente a qualidade de sua relação com os objetos e sua capacidade em tolerar frustração. Agregar esses pontos às questões sociais e culturais que envolvem os relacionamentos íntimos amplia a possibilidade de as intervenções tornarem-se mais efetivas e duradouras.

Mais especificamente, a proposta é a de que a tolerância à frustração seja pontualmente trabalhada tanto em grupo quanto individualmente, assim como se propõe o atendimento individual mais prolongado para aqueles que a ele desejarem se submeter. Com isso, ampliam-se as possibilidades de melhor compreensão das dinâmicas violentas e de efetividade nas intervenções.

Inseridos na pauta de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, os atendimentos psicossociais a agressores merecem ser valorizados,

ampliados e aprofundados, uma vez que eles são peça fundamental na manutenção ou eliminação das práticas violentas.

REFERÊNCIAS

BION, W.R. Diferenciação entre a personalidade psicótica e a personalidade não-psicótica. In: SPILLIUS, Elisabeth Bott (Ed). **Melanie Klein hoje: desenvolvimentos da teoria e da técnica**. Rio de Janeiro: Imago, 1991, v. 1, p. 69-86.

BION, W.R. Uma teoria do pensar. In: SPILLIUS, Elisabeth Bott (Ed). **Melanie Klein hoje: desenvolvimentos da teoria e da técnica**. Rio de Janeiro: Imago, 1991, v. 1, p. 185-193.

BRASIL. **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 ago. 2016. 20:00.

FREUD, S. (1911). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (dementia paranoides). In. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII.

GARCIA-ROZA, L.A. **Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

GUIMARÃES, Fabrício Lemos. “**Ela não precisava chamar a polícia...**”: anestésias relacionais e duplo-vínculos na perspectiva de homens autores de violência conjugal. 2015. 266 f. Dissertação (Doutorado) – Universidade de Brasília. 2015.

ISAACS, S. A natureza e a função da fantasia. In. **Os progressos da psicanálise**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

KLEIN, M. (1946-1963). Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In. **Obras completas de Melanie Klein**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KLEIN, M. (1882-1960). **Inveja e gratidão: um estudo das fontes do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

PORTO, Janice; LUZ, Anna Maria. Matizes da violência contra a mulher: conhecendo o fenômeno. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 25. n. 2, ago. 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23522/000504630.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 ago. 2016. 15:40.

ROSENFELD, H. Uma contribuição à psicopatologia dos estados psicóticos: a importância da identificação projetiva na estrutura do ego e nas relações de objeto do paciente psicótico. In: SPILLIUS, Elisabeth Bott (Ed). **Melanie Klein hoje: desenvolvimentos da teoria e da técnica**. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p 125-145.

SEGAL, J. Fantasia. **Conceitos de Psicanálise**, São Paulo, v.12, 2005.

SPILLIUS, E.B. Introdução. In: SPILLIUS, Elisabeth Bott. (Ed.). **Melanie Klein Hoje: desenvolvimentos da teoria e da técnica**. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 89-93.

VILHENA, Junia de; MAIA, Maria Vitória. Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento anti-social e sua inscrição na cultura contemporânea. **Revista. Mal-Estar e Subjetividade.**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 27-58, set. 2002. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482002000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 out. 2016. 10:00.

WINNICOTT, D. W. A preocupação materna primária. In: **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, cap. 24, p. 399-405. Obra original publicada em 1956.

WINNICOTT, D. W. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In: **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1983, cap. 07, p. 79-89. Obra original publicada em 1963.